



REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA ENTRE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS

Mirela Massia Sanfelice¹
Fátima Cristina Vieira Perurena²

O abuso sexual cometido contra crianças é atualmente reconhecido como um problema de saúde pública e um problema social. No entanto, essa percepção e consciência nem sempre foi compreendida desta forma, pois é consequência de um trabalho realizado por diversos grupos, entre estes defensores dos direitos da criança, através de organizações governamentais e não-governamentais, mas, sobretudo, pela descoberta da infância e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, pesquisadores de diversas áreas, têm-se detido sobre a questão do abuso sexual, principalmente sobre os efeitos acarretados às vítimas, na maioria mulheres e crianças de ambos os sexos. O interesse de pesquisadores sobre a temática de homens e masculinidades como construções de gênero é recente, neste sentido, privilegia-se essa temática do abuso sexual sob a ótica das relações de gênero de homens autores de abuso sexual contra crianças. Uma vez que, grande parte das pesquisas sobre gênero tem como objeto de estudo, as mulheres.

A proposta desta pesquisa está relacionada à necessidade de lançar um olhar, a partir de outra perspectiva, sobre a violência cometida por homens que respondem por crimes contra a liberdade sexual, ou seja, homens autores de abuso sexual contra crianças. A violência de gênero na perspectiva dos homens é um tema incipiente, deste modo, este trabalho pretende contribuir para preencher essa lacuna do conhecimento ao abordar um tema ainda pouco explorado no Brasil.

Inicialmente, a violência sexual pode ser percebida como um fenômeno essencialmente individual, pois frequentemente está associada a casos particulares e ao âmbito privado. No entanto, pode ser classificada como um problema de saúde e segurança pública, já que envolve o Judiciário, além de ser considerada uma questão de Direitos Humanos é também uma das formas da violência de gênero. O estudo sobre a violência de gênero, tendo como foco os homens propõe analisar se há relação entre as relações de gênero, a(s) masculinidade(s) e a violência de gênero cometida por homens autores de abuso sexual contra crianças.

Na medida em que se questionam os modos de pensar e perceber a violência de forma individualizada cometida por homens condenados por abuso sexual, está se partindo para uma

1 Psicóloga, Mestranda do PPG em Ciências Sociais da UFSM. E-mail: mmsanfelice@bol.com.br.

2 Dra. em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professora do PPG em Ciências Sociais da UFSM. E-mail: perurena@terra.com.br



perspectiva sociológica. Conforme Medrado e Lyra (2008), isto corresponde a reconhecer que além do processo de responsabilização individual é imprescindível identificar como ocorrem efetivamente os processos no âmbito das relações sociais. Ou seja, a dimensão relacional do conceito de gênero permite a compreensão e interpretação de uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre masculino e feminino, não somente entre homens e mulheres, mas também nos homens e nas mulheres.

Nesse contexto, este estudo pretende contribuir para o entendimento da violência de gênero na perspectivas dos homens autores de abuso sexual contra crianças. Para a análise, toma-se como referência o conceito de violência de gênero utilizado pela socióloga Heleieth Saffioti. De acordo com Saffioti (2004, p. 64), "a violência de gênero ocorre normalmente no sentido do homem contra a mulher, mas pode ser perpetrada também por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher". Torna-se imprescindível, portanto, considerar as construções de masculinidades e feminilidades, pois podem produzir, entre outras coisas, expressões de violência.

Conforme Saffioti (2004), a violência de gênero abrange em suas modalidades a violência familiar e doméstica, pois, isso deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino. Antes, somente as classes sociais eram consideradas como categoria histórica fundante, no entanto, atualmente há inserção das categorias raça/etnia e gênero para compreensão dos fenômenos sociais.

Feminismo e Gênero

Os estudos de gênero emergiram das implicações políticas e científicas do diálogo do feminismo com as teorias sociais. As feministas criticavam a organização científica e profissional dominante, denominado *Feminism ou Women's Studies*, foi através da docência que este movimento impulsionou e incitou a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas. No Brasil, o movimento das mulheres adquire visibilidade a partir de 1975, período em que muitas mulheres já estavam inseridas nas universidades.

De acordo com Heilborn & Sorj (1999) foi na década de setenta que os denominados "Estudos sobre a Mulher" tornaram-se a denominação mais comum utilizada para caracterizar esta nova área de pesquisa. Os estudos sobre a mulher almejavam, principalmente, preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida, de modo a ressaltar e denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira.



Neste sentido, destacam-se as principais teóricas que contribuíram para o desenvolvimento da categoria gênero. Simone de Beauvoir (1962; 2001) foi uma das teóricas que contribuiu significativamente por seu pioneirismo e sua influência ao dedicar-se ao estudo da mulher, o qual precedeu a formulação do conceito de gênero. Através de seu livro lançado em 1949 tornou-se célebre pela afirmação de que uma pessoa “não nasce, mas se torna mulher”. Assim, tornar-se significa a transição do sexo (biológico) ao gênero (social). Na visão de Scavone (2008), as contestações de Beauvoir lançaram a primeira semente para os estudos de gênero. Outra importante teórica que contribuiu para o desenvolvimento deste conceito foi à antropóloga e feminista Gayle Rubin. Em seu artigo intitulado “The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex”, em 1975, introduziu o termo sexo/gênero para caracterizar “o conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 159).

Uma das principais referências para os estudos atuais de gênero advém do trabalho da historiadora americana Joan Scott (1990), intitulado *Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica*, publicado em 1986 e traduzido no Brasil em 1990. Assim, gênero consiste numa categoria de análise que denuncia os interesses segundo os quais as diferenças percebidas entre os sexos foram convertidas em desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres. Portanto, a categoria gênero, introduzida por Scott é definida como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para investigar a construção social do masculino e do feminino.

Nesta perspectiva Scavone (2008) refere-se ao fato de que os conceitos e as temáticas de gênero estão associados ao desenvolvimento das diferentes fases do feminismo, caracterizadas por três grandes etapas históricas que caracterizam as três gerações ou as “ondas” do feminismo. A primeira geração corresponde à fase universalista e das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais. A segunda geração diz respeito à fase da diferenciação, ou seja, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade. A terceira geração é a pós-moderna, influenciada pelo desconstrucionismo, fase das teorias dos sujeitos múltiplos. Este estudo pretende contribuir para o entendimento da violência de gênero na perspectiva dos homens autores de violência sexual contra crianças.



Violência de Gênero

De acordo com Saffioti (2004, p. 64), "a violência de gênero ocorre normalmente no sentido do homem contra a mulher, mas pode ser perpetrada também por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher". Torna-se imprescindível, portanto, considerar as construções de masculinidades e feminilidades, pois podem produzir, entre outras coisas, expressões de violência. Para essa autora, a violência de gênero abrange em suas modalidades a violência familiar e doméstica, pois, isso deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino.

Conforme os participantes da pesquisa, a culpa pelo abuso sexual cometido por eles contra crianças é geralmente de responsabilidade da criança e da esposa, pois esta "*queria tirar ele da jogada para ficar com outro, por isso ela inventou isso... foi armação delas. Pois, assim que fui preso, foi morar com outro na minha casa*"(sic). Assim, a idéia vai ao encontro das argumentações de Saffioti quando justifica que o "*patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo*". (SAFFIOTI, 2004, p. 47). Pois, muitas são as vítimas de abuso sexual e as pesquisas voltadas a estas, no entanto, não há uma atenção privilegiada aos homens. Observa-se que o patriarcado está presente nas regras institucionais, na educação das crianças, ou seja, em todo corpo social.

A utilização do termo gênero juntamente com o patriarcado se justifica na medida em que é compreendido como mais amplo do que o patriarcado, pois neste as relações são hierarquizadas entre sujeitos socialmente desiguais. De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado é um caso específico de relações de gênero e apresenta uma visão de totalidade, como conjunto de instituições movidas por coletividades. Johnson (apud SAFFIOTI, 2004) menciona que ao desconsiderar o patriarcado, o feminismo transforma o privilégio masculino numa questão individual, vinculada aos esquemas de exploração-dominação, promovendo-os e protegendo-os. O patriarcado serve de interesse aos grupos / classes dominantes, e o sexismo além de preconceito é o poder de agir de acordo com ele. Ao analisar estes conceitos, evidencia-se que estão marcados por relações de poder e dominação, contudo, não podem encobrir os outros fatores, ou seja, as outras relações sociais vinculadas à violência, como as classes sociais e a etnia.

A recente incorporação da criminalidade urbana como objeto de investigação das Ciências Sociais indica que há transformações recentes nesse campo de pesquisa. Conforme Adorno (1991), as duas últimas décadas têm sido fundamentais para o desenvolvimento de uma nova consciência coletiva da violência criminal, isto através das diferentes instâncias de produção discursiva, de



novas produções de poder e saber. Na década de oitenta, os temas da saúde e da violência ampliaram sua presença nas universidades, impulsionados pelas demandas de grupos e instituições ligadas aos movimentos das mulheres. Os estudos sobre violência de gênero acompanharam a criação das delegacias da mulher e os SOS, oferecendo subsídios e avaliando os dados oriundos desses espaços.

Santos e Izumino (2005) realizaram uma revisão crítica sobre as principais referências teóricas e como os conceitos de violência contra a mulher e violência de gênero são utilizados nos estudos feministas sobre o tema. Em meados dos anos oitenta, um dos principais objetivos do movimento feminista era dar visibilidade á violência contra as mulheres e combatê-las por meio de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas adequadas. Os primeiros estudos sobre o tema apresentaram como foco de estudo as denúncias de violência contra as mulheres nas delegacias de polícia, o que fez surgir deste modo, as delegacias da mulher. O objetivo principal destas pesquisas consistiu em conhecer quais eram os crimes mais frequentes e mais denunciados, quem eram as mulheres que sofriam violência e quem eram os seus agressores. Ou seja, os primeiros estudos sobre o tema buscaram compreender o fenômeno social da violência contra a mulher e a relação desta com a violência, sem, contudo, privilegiar o estudo do homem autor de violência.

Nesta perspectiva, Santos e Izumino (2005) identificam três correntes teóricas que fundamentam os estudos sobre a violência contra as mulheres e a violência de gênero. A primeira corrente teórica é denominada pelas autoras de “dominação masculina”, o que define a violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem. A partir dessa corrente teórica, a mulher é compreendida tanto como vítima quanto cúmplice, sem possibilidade de autonomia da mulher com relação à dominação masculina. A segunda corrente teórica refere-se à dominação patriarcal, a qual se insere na perspectiva feminista e marxista, ou seja, a violência é compreendida como expressão do patriarcado. Deste modo, a mulher é concebida como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino. A terceira corrente teórica é denominada relacional, pois faz relação entre as noções de dominação masculina e vitimização feminina. De acordo com essa corrente teórica, a violência é tida como uma forma de comunicação e de um jogo, do qual a mulher é tida como “cúmplice”.

Dessa forma, esta pesquisa insere-se no campo das discussões sobre a perspectiva feminista e marxista do patriarcado, introduzida no Brasil por Heleieth Saffioti. O patriarcado então, não se resume a um sistema de dominação, baseado pela ideologia machista, é também um sistema de exploração, o que requer dizer que além da análise ser situada no campo político e ideológico, a



exploração relaciona-se diretamente ao campo econômico. Assim, a violência contra as mulheres resulta da socialização machista.

No que tange especialmente a violência sexual, cita-se que a pesquisa realizada no período de 1988 a 1992 por Saffioti (1992) indica que as mulheres representam 90% do universo de vítimas, corroborando para os dados encontrados na literatura internacional, enquanto os homens representam 10% do total de vítimas. De outra parte, os homens agressores sexuais correspondem de 97% a 99% e as mulheres agressoras sexuais representam entre 1% e 3%. Observa-se que a maioria dos agressores sexuais eram homens e 71,5% correspondem aos próprios pais biológicos e em seguida estão os padrastos, representando 11% do total de agressores, seguidos pequenos percentuais por avôs, tios e primos. Um importante aspecto a ser destacado se refere às novas composições familiares, uma vez que, as separações das uniões conjugais tornaram-se mais frequentes. Isto possibilitou novas reconstituições na vida amorosa, fazendo com que aumentasse o percentual de padrastos nessas novas configurações e padrastos no universo do abuso incestuoso. Portanto, os dados obtidos pela autora confirmam que o pai continua a ser “*o grande vilão devorando sua própria prole*”. (SAFFIOTI; 2004, p.20).

Conforme Granja e Medrado (2009) a violência de gênero difere da violência contra as mulheres, pois a formulação e aplicação do conceito de gênero, situado a partir da década de 1980, busca ampliar a compreensão sobre as diferenças e desigualdades entre os sexos. Neste sentido, não mais parte-se das diferenças como expressões de papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre homem e mulher. Portanto, a partir da perspectiva de gênero privilegiam-se os aspectos sociais e introduz-se nos estudos sobre violência contra a mulher uma nova terminologia para discutir o fenômeno social, a violência de gênero. Santos & Izumino (2005) citam que a partir da perspectiva relacional se introduz o conceito de violência de gênero, entretanto, a noção de patriarcado não é totalmente abandonada, o que gera uma imprecisão conceitual.

Segundo Lima, Büchele e Clímaco (2008), o estudo da violência de gênero, voltada aos homens, surgiu a partir das conquistas originadas pelo avanço do movimento feminista, as quais geraram novas inquietações, sendo imprescindível tratarem à violência a partir de uma análise relacional, ou seja, baseada no gênero. Apesar das pesquisas nacionais e internacionais realizadas sobre o tema desde a década de 1990, há várias respostas ou reflexões que não foram realizadas, uma das mais significantes (pela sua invisibilidade) refere-se à inclusão dos homens autores de violência no processo de prevenção e atenção à violência contra as mulheres. De acordo com Santos



& Izumino (2005), o termo violência de gênero não pode ser considerado sinônimo de violência contra as mulheres, sem haver uma mudança conceitual.

Gênero e Masculinidade(s)

Segundo Almeida e Nascimento (1999; 1995 apud MEDRADO, LYRA, GALVÃO & NASCIMENTO, 2000) é recente o interesse de pesquisadores pela temática de homens e masculinidades como construção de gênero. Sabe-se que, a característica comum desses estudos consiste na busca pela identificação e análise do modo como os homens atualizam ou não o modelo de masculinidade hegemônica em seu cotidiano, sem deixar de considerar a matriz cultural e histórica em que interagem e se desenvolvem socialmente essas relações. Sabe-se que, a característica comum desses estudos consiste na busca pela identificação e análise do modo como os homens atualizam ou não o modelo hegemônico de masculinidade em seu cotidiano, sem deixar de considerar a matriz cultural e histórica em que interagem e se desenvolvem socialmente essas relações.

Medrado, Lyra, Galvão & Nascimento (2000), citam que as instituições internacionais e nacionais têm proposto em sua agenda a implementação de políticas públicas à equidade de gênero, visualizando e proporcionado espaço às pesquisas do homem no contexto doméstico, o que até pouco tempo antes era negligenciado. Atualmente, ainda não é possível avaliar precisamente a influência das construções das relações de gênero em muitos casos, como na criação dos filhos, no controle da agressividade, em problemas escolares ou com a identidade de gênero, já que não há uma uniformidade, havendo exceções.

Portanto, o conhecimento das práticas sociais masculinas se justifica na medida em que pode contribuir para ampliar a eficácia de programas de prevenção à violência de gênero, à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, à saúde de mulheres, crianças e a dos próprios homens. Recentes recomendações para reflexão sobre homens e masculinidades, sobre comportamentos sexuais, sobre as práticas sociais e a revisão da própria política ou intervenção são encontradas em alguns documentos como no European Commission Childcare Network, datado em 1990, Mundingo, publicado em 1995 e Unaid's divulgado em 2000

Segundo Lima, Büchele e Clímaco (2008), dois importantes eventos sobre homens e masculinidades merecem destaque, sendo esses a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijim. Já que, são esses dois marcos que, através de discussão, asseguraram a busca



de uma maior participação masculina na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e uma maior participação masculina na promoção à saúde e violência contra crianças e mulheres. Conforme Nascimento, Gomes e Rebello (2009), a masculinidade, situada no campo das relações de gênero, pode ser entendida como “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha numa determinada cultura”.

Muitos autores têm contribuído para os estudos sobre homens e masculinidades, no entanto, são poucos os que têm produzido sistematicamente sobre esse tema, fator esse que corrobora para a fragmentação do desenvolvimento do assunto. No Brasil, a discussão sobre homens e masculinidades vem se ampliando a partir da segunda metade da década de 90, por meio de algumas teses e dissertações mais ousadas. Cabe ressaltar que, por muito tempo, as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais têm relacionado o conceito de homem numa posição mais universal e mais recentemente nos estudos de gênero, através dos “Gays Studies”. Deste modo, percebe-se que os homens sempre estiveram presentes nos estudos explicita ou implicitamente (MEDRADO ET. AL, 2000).

De acordo com informativo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids - Unaid (1999, apud MEDRADO et. al., 2000), as práticas sociais masculinas fomentam a vulnerabilidade e têm seus aportes na socialização dos homens para responder ao modelo de masculinidade hegemônica. Deste modo, aos homens é ensinado, tanto por homens quanto por mulheres, que desde cedo devem corresponder às expectativas sociais de modo proativo. Salienta-se, ainda que, o risco não deve ser evitado, ao contrário, deve ser estimulado e superado cotidianamente, assim, a noção de autocuidado é substituída pela vulnerabilidade, favorecendo estilos de vida autodestrutivos.

Seguindo esta perspectiva, Medrado e Lyra (2003) citam que para a compreensão da violência de homens contra mulheres na perspectiva de gênero, torna-se necessário incluir análises sobre os processos de socialização masculinas e os significados de ser homem na sociedade. Isso ocorre porque os homens são educados com o intuito de reprimir suas emoções, a utilização de agressividade e a violência física, formas geralmente aceitas e até mesmo incentivadas, como provas de masculinidade.

Na visão de Sanderson (2005), homens e meninos tornam-se mais relutantes em revelar essas experiências devido a culturas homofônicas, onde se apresentam fortes estereótipos sobre a masculinidade, tida como hegemônica, e a sexualidade. Nessas culturas, espera-se que os homens sejam capazes de se proteger de abusos sexuais e sejam os iniciadores sexuais, neste contexto, os



meninos podem sentir enorme vergonha, humilhação e culpa se forem vitimados. Entende-se que diferenças na socialização das crianças podem apresentar um importante papel na maneira como os homens interpretam o abuso sexual em crianças e como lidam com ele. De modo que, os meninos freqüentemente são desencorajados a falar de sentimentos e ensinados a enfrentar com estoicismo “como um homem”, a diferença do sexo na denúncia de abuso sexual indica que o abuso de meninos permanece obscuro.

Sanderson, (2005) afirma que normalmente os homens que abusam de crianças são pessoas confiáveis, que não demonstram oferecer perigo. O imaginário social atribui características a esses homens, inserindo-os numa categoria especial de pessoas, caracterizando-os como loucos, maus ou doentes. Enfatiza-se que os comportamentos sexuais são fortemente influenciados por valores e crenças culturais, pela socialização, assim como pelas atitudes dentro da família.

Entende-se que a violência de gênero ainda esta muito enraizada na idéia de violência contra a mulher, portanto, outras formas da violência de gênero, como a violência de homens contra crianças, é ainda uma questão incompreensível para a maioria. Ao analisar tanto o conceito de gênero como a sua relação com a violência, percebe-se que essa está em constante transformação, assim como sua conceituação nas Ciências Sociais.

Os homens autores de abuso sexual são rotulados de “abusadores sexuais” e “estupradores”, sendo estes discriminados por quase todo sistema prisional. Desta forma, não podem participar das atividades da instituição prisional como: aulas da escola, curso de marcenaria e trabalho na fabricação de sacolas retornáveis. Este fato está devidamente relacionado ao comportamento dos presos não condenados por crimes contra a liberdade sexual, que em repúdio não permitem a participação nas atividades de ressocialização. Importante salientar que este comportamento influencia em toda segurança da instituição, como, por exemplo, já houve casos de presos do Seguro (local destinado a esses homens) serem queimados com água fervente enquanto trabalhavam no pátio. Também houve casos em que os homens detidos por crimes sexuais foram eletrocutados, ou seja, enquanto estavam trabalhando na limpeza do pátio, os outros apenas ligados a cerca elétrica, sendo assim, necessário hospitalizá-los. Diante do exposto, verifica-se que há um tratamento diferenciado aqueles que respondem por crimes sexuais, sobretudo aqueles apenas que respondem por crimes sexuais contra criança. Pois, tanto os profissionais, quanto os próprios apenas, associam o abuso sexual contra a criança como uma forma de perversão, em outras palavras, relacionada à doença mental, não como uma forma de violência de gênero.



Por fim, considera-se importante trabalhar com a temática da violência de gênero na perspectiva dos homens autores de violência, porque inclui outras formas de violência, como a violência praticada contra mulheres, contra os próprios homens e bastante significativa contra crianças. Deste modo, o envolvimento dos homens nos debates e ações sobre gênero traz novos olhares, assim, como novas formas de intervenções sociais e políticas de educação e saúde dos homens e de toda a família.

Bibliografia

- ADORNO, S. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas**. Itinerário de uma pesquisa. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 3 (1-2): 7-40,1991.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Tradução Sergio Milliet. Vol. 2 9ªed. 2001.
- GRANJA, E; MEDRADO, B. **Homens, violência de gênero e atenção em saúde integral**. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, abril 2009.
- HEILBORN, M. L. e SORJ, B. **“Estudos de gênero no Brasil”**, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221, 1999.
- LIMA, D. C; BUCHELE, F.; CLIMACO, D. A. **Homens, gênero e violência contra a mulher**. Saúde e Sociedade, vol.17, n.2 pp. 69-81, 2008.
- MEDRADO, B; LYRA, J. (2008). **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Estudos feministas 16(3): 424, setembro–dezembro, p. 809-840, 2008
- MEDRADO, B.; LYRA, J. **Nos homens, a violência de gênero**. In. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher Plano Nacional. Brasília, DF, 2003.
- MEDRADO, B. et al. **Homens por quê**: Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos, São Paulo, v. 3, p. 12-16, 2000
- RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women**: Notes on the "Political Economy" of Sex. In:REITER, Rayna (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.
- SAFFIOTI, H **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo, SP: MBooks, 2005.
- SANTOS, C. M. & IZUMINO, W. P. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre os estudos feministas no Brasil. Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe. 16(1), 147-164, 2005.



SCAVONE, L. **Estudos de gênero**: Uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis 16 (1), 173-186, 2008.

SCOTT, J. **Gênero**: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.